

GUIANA E SURINAME NA INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL

GUYANA Y SURINAM EN LA INTEGRACIÓN DE AMÉRICA DE SUDAMÉRICA

GUYANA AND SURINAME IN SOUTH AMERICAN INTEGRATION

Por SUELY APARECIDA DE LIMA¹

Resumo

A partir do entendimento de que a aproximação da Guiana e do Suriname com a América do Sul está atrelada a iniciativas de integração e cooperação promovidas pelo Brasil, este artigo examina as relações bilaterais entre Brasil e Guiana, e Brasil e Suriname. De acordo com este exame, os temas que percorrem a esfera oficial das relações centram-se na cooperação técnica, comércio bilateral e integração física, tópicos investigados por meio das agendas dos Estados e interações societárias.

Palavras-chave: Integração. América do Sul. Brasil. Guiana. Suriname.

Resumen

A partir de la comprensión de que la aproximación de Guyana y Surinam con Sudamérica está relacionada a las iniciativas de integración y cooperación promovidas por Brasil, el artículo analiza las relaciones bilaterales entre Brasil y Guyana y Brasil y Surinam. Según este análisis, los temas que dominan la esfera de las relaciones oficiales se centran en la cooperación técnica, el comercio bilateral y la integración física, temas que son investigados a través de las agendas de los Estados y de las interacciones societarias.

Palabras clave: Integración. Sudamérica. Brasil. Guyana. Surinam.

¹ Mestrado Interdisciplinar em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) e bacharel em Relações Internacionais pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). E-mail: lima.suely@gmail.com

Abstract

Based on the understanding that the approximation of Guyana and Suriname to South America is linked to integration and cooperation initiatives promoted by Brazil, this paper examines the bilateral relations between Brazil and Guyana and Brazil and Suriname. According to the exam, the themes covered by the official sphere of these bilateral relations focus on technical cooperation, bilateral trade and physical integration, topics investigated through state agendas and societal interactions.

Keywords: Integration. South America. Brazil. Guyana. Suriname.

INTRODUÇÃO

Dentre os doze países sul-americanos, somente Chile e Equador não compartilham fronteira com o Brasil, país que se destaca pela extensão territorial, quantitativo populacional, Produto Interno Bruto (PIB), dentre outras variáveis. Por outro lado, Guiana e Suriname destacam-se pelas pequenas dimensões territorial e populacional, por apresentarem os menores PIBs, pela independência recente e pela condição de caribenhos ao mesmo tempo em que de sul-americanos e amazônicos.

A inserção desses dois países no contexto sul-americano carece de estudos. Um dos motivos é não se enquadrarem na cronologia clássica dos demais países da América do Sul (CAVLAK, 2016; 2017). No que diz respeito à literatura acadêmica, os estudos voltados à América do Sul concentram-se no Cone Sul e não dedicam atenção suficiente aos países andinos e amazônicos, sendo Guiana e Suriname os menos estudados (CERVO, 2008; URT, 2009; OLIVEIRA, 2013).

Tendo em vista os aspectos observados, empreendeu-se uma consulta da inserção dos temas “Guiana” e “Suriname” no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)² e em 83 programas de pós-graduação *stricto sensu* com mestrados e doutorados nas áreas de ciências humanas e sociais de 38 universidades brasileiras. As buscas ocorreram de 3 a 28 de agosto de 2015, consideraram pesquisas defendidas entre 2008 e 2015 e foram conduzidas pelas seguintes palavras-chave: “Guianas”; “Guyana”; “Guiana”; “Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana”; “IIRSA”; “Suriname”; “Venezuela”.³

A Venezuela foi incluída apenas no balanço quantitativo porque parte de seu território compõe o Platô das Guianas e, por sua vez, corroborou o destaque que este país recebe em relação à Guiana e ao Suriname nas pesquisas brasileiras. No tocante à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), considerou-se somente pesquisas que abarcam o Eixo de Integração e Desenvolvimento (EID) Escudo das Guianas por ser o único que abrange Guiana e Suriname.

² Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Último acesso: 28 ago. 2015.

³ Detalhes sobre as buscas e pesquisas levantadas podem ser consultados em: Lima (2017, apêndices A, B, C, D e E, p. 273-297).

No total, foram mapeadas 67 pesquisas, sendo 27 teses e 40 dissertações. A maioria das pesquisas levantadas foi realizada por universidades do Sudeste (34 pesquisas), seguido pelo Centro-Oeste (14), Norte (9), Sul (7) e Nordeste (3). Esse quadro coaduna com a realidade acadêmica brasileira, onde as universidades concentram-se no Sudeste. O tema mais abordado no Sudeste foi Venezuela (31 pesquisas), quadro repetido no Centro-Oeste (8) e Sul (7).

Das 11 pesquisas sobre a Guiana, cinco foram realizadas no Norte; quatro no Centro-Oeste; uma no Nordeste; uma no Sudeste. Das quatro pesquisas sobre o Suriname, duas foram realizadas no Norte; uma no Centro-Oeste; uma no Sudeste.⁴ No tocante ao EID Escudo das Guianas da IIRSA, foram levantadas duas teses, uma desenvolvida no Sudeste e outra no Centro-Oeste.⁵ O Suriname figurou como o país menos estudado e, no outro extremo, a Venezuela destacou-se como alvo de interesse da pós-graduação brasileira, correspondendo a 75% das pesquisas levantadas (19 teses e 31 dissertações).

Em termos quantitativos, o levantamento corrobora a carência de estudos brasileiros sobre a Guiana e o Suriname. Em termos qualitativos, acusa a carência de estudos sobre o processo de integração no Escudo das Guianas, sobre as relações bilaterais entre Brasil-Guiana e Brasil-Suriname e sobre os impactos que a assimetria entre os países possa desempenhar no processo de integração regional.

Em consideração ao exposto, este artigo apresenta as iniciativas de integração e cooperação na América do Sul, assinalando a participação da Guiana e do Suriname. Em seguida, a partir do entendimento de que a aproximação desses países com a América do Sul está atrelada aos “arranjos” regionais promovidos pelo Brasil, examina aspectos gerais das relações bilaterais entre Brasil e Guiana, e Brasil e Suriname. Por este exame acusar que os principais temas que percorrem a esfera oficial das respectivas relações centram-se na cooperação técnica, comércio bilateral e integração física, investiga-se a inserção desses tópicos nas agendas dos Estados e nas interações sociais.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A totalidade deste artigo baseia-se em dados, informações e análises que compõem a dissertação de mestrado da autora, intitulada “Integração e relações bilaterais assimétricas: Brasil-Guiana e Brasil-Suriname” (LIMA, 2017). A referida pesquisa de mestrado adotou a teoria da assimetria de Brantly Womack (2006; 2010) para analisar e desenhar um perfil para as relações bilaterais assimétricas entre Brasil-Guiana e Brasil-Suriname. Contudo, este artigo não abrange a totalidade da pesquisa em questão; apenas situa a Guiana e o Suriname na integração da América do Sul.

Com este objetivo, o artigo apresenta as iniciativas de integração e cooperação na América do Sul assinalando aquelas em que Guiana e Suriname fazem parte. A apresentação baseia-se em informações

⁴ Para um estado da arte mais abrangente sobre o Suriname e a Guiana - de 1990 a 2011 - consultar Oliveira (2013, p. 78-94).

⁵ Um levantamento pormenorizado sobre a IIRSA, e não apenas sobre o Escudo das Guianas, resultaria num número muito mais alto.

disponíveis no portal eletrônico das iniciativas mencionadas e em documentos oficiais dos “arranjos” regionais destacados. Em seguida, discorre sobre as relações bilaterais entre Brasil-Guiana e Brasil-Suriname para examinar os temas que percorrem as respectivas relações na esfera oficial.

Por meio do histórico das relações diplomáticas, foi traçado um quadro que abarca as trocas de visitas oficiais e os atos bilaterais firmados. A construção desse histórico implicou a leitura de todos os atos bilaterais firmados, dos comunicados conjuntos e das resenhas de política exterior disponíveis no portal eletrônico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), além de consultas às viagens presidenciais registradas no portal eletrônico da Presidência da República do Brasil.

No que diz respeito ao acesso aos documentos mencionados, ressalta-se que os atos bilaterais contam com registro integral desde o estabelecimento formal das respectivas relações. Já as resenhas de política exterior disponíveis correspondem ao segundo semestre de 1995 até o segundo semestre de 2014. Os documentos oficiais foram condensados por ordem cronológica para possibilitar uma reflexão em torno da evolução das respectivas relações bilaterais. As relações de aproximações e distanciamentos entre os diferentes governos foram examinadas pelo quantitativo e teor dos atos e acordos de cooperação, além das trocas de visitas oficiais.

Este exame acusou que os temas que percorrem as relações bilaterais concentram-se na cooperação técnica, comércio bilateral e integração física. Para investigar a inserção desses tópicos nas agendas dos Estados e nas interações societais, além dos materiais de pesquisa mencionados, foram consultados os seguintes portais eletrônicos: Agência Brasileira de Cooperação (ABC); *Bureau of Statistics - Guyana*; *Centrale Bank Van Suriname* (CBVS); *Central Intelligence Agency* (CIA); Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil (MDIC); *World Bank*.

Também foram utilizadas as teses e dissertações sobre a Guiana e o Suriname, e consultados os seguintes jornais: i) *Folha de Boa Vista*⁶; ii) *O Estado de São Paulo*⁷; iii) *Guyana Times*⁸; iv) *Stabroek News*⁹; v) *De Ware Tijd*¹⁰; vi) *Waterkant*¹¹. Nos jornais brasileiros, as buscas foram conduzidas por “Guiana”, “Guyana” e “Suriname”; nos guianenses, por “Brazil”, “Brasil” e “Brazilian”; e “Brazilië” nos surinameses.

INTRODUÇÃO INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL

Em meio à tendência dos Estados articularem-se em “blocos” para fortalecer a inserção no sistema internacional, atualmente há treze iniciativas de integração e cooperação com participação de países sul-americanos, são elas: Organização dos Estados Americanos (OEA); *The Commonwealth*; Associação Latino-Americana de Integração

⁶ Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/>. Último acesso em: 3 nov. 2016.

⁷ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/>. Último acesso em: 3 nov. 2016.

⁸ Disponível em: <http://guyanatimesgy.com/>. Último acesso em: 3 nov. 2016.

⁹ Disponível em: <http://www.stabroeknews.com/>. Último acesso em: 3 nov. 2016.

¹⁰ Disponível em: <http://www.dwtonline.com/>. Último acesso em: 20 out. 2016.

¹¹ Disponível em: <https://www.waterkant.net/>. Último acesso em: 20 out. 2016.

(ALADI); Comunidade Caribenha (CARICOM); Comunidade Andina (CAN); Organização Latino-Americana de Energia (OLADE); Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA); Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA); Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); União das Nações Sul-Americanas (UNASUL); Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP); Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC); Aliança para o Pacífico.

Oito dessas iniciativas têm participação do Brasil (OEA, OLADE, ALADI, SELA, OTCA, MERCOSUL, UNASUL, CELAC) e sete da Guiana e do Suriname (OEA, CARICOM, OLADE, SELA, OTCA, UNASUL, CELAC), além do *Commonwealth*, que conta com participação guianense. A participação dos três países conflui em seis iniciativas: OEA, OLADE, SELA, OTCA, UNASUL, CELAC.¹² No que se refere à propensão dos Estados de uma determinada “região” a buscar soluções conjuntas para questões comuns, sob a perspectiva amazônica, tem-se a OTCA, e sob a perspectiva sul-americana, a UNASUL, ambas promovidas pelo Brasil.

Em certa medida, essas iniciativas também marcam a aproximação da Guiana e do Suriname com os demais países amazônicos e sul-americanos. A primeira tem origem em 1978, ano em que foi firmado o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), transformado em OTCA em 1998. Trata-se de uma iniciativa abrangente que percebe a integração física como um elemento central para o desenvolvimento das Amazônia nacionais e transnacional (TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA, 1978; ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA, 1998).

Posteriormente, a busca por soluções conjuntas para a carência de infraestrutura passou a ser tema da IIRSA, iniciativa criada em 2000 para coordenar ações intergovernamentais centradas em projetos de integração de infraestrutura nos setores de transporte, energia e comunicação (BRASIL, 2000). Este fórum articulou membros da CAN, MERCOSUL, CARICOM, mais o Chile, articulação reproduzida pela Comunidade Sul-Americana das Nações (CASA), criada em 2004 e transformada em UNASUL em 2008.

Concebida por uma perspectiva multidimensional, a UNASUL abrange conselhos ministeriais, setoriais e temáticos que abarcam as áreas de defesa, saúde, eleição, energia, ciência-tecnologia-inovação, cultura, social, econômico-financeira, educação, infraestrutura, temas relacionados às drogas, segurança pública e justiça. Um dos pilares desse “arranjo” regional é a integração física, que está a cargo do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), pelo qual a IIRSA foi incorporada (UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS, 2010a; 2010b; UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS, 2014).

Atualmente, a Carteira de Projetos da IIRSA está estruturada em dez EIDs, dentre os quais o Escudo das Guianas, que possui o menor quantitativo de projetos e a segunda menor estimativa de investimento. O Suriname é o país com menor número de projetos na Carteira da IIRSA, seguido pela Guiana. Em conjunto, os projetos visam interconectar a parte oriental da Venezuela ao Arco Norte do Brasil, com a totalidade dos

¹² No MERCOSUL, Guiana e Suriname participam como Estados associados desde 2013.

territórios da Guiana e do Suriname (INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA, 2015).

Em síntese, sob a ditadura civil-militar, o Brasil buscou aproximação com os países amazônicos e, sob os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), buscou articular em “bloco” os doze países sul-americanos. A aproximação da Guiana e do Suriname com a Amazônia e a América do Sul está atrelada às iniciativas promovidas pelo Brasil e tem a integração física como um elemento central, uma vez que a carência de interconectividade obstruiu a inserção dos mesmos na América do Sul. Nesse sentido, por considerar que as relações multilaterais são impulsionadas pelas bilaterais e *vice-versa*, optou-se por examinar as relações bilaterais entre Brasil-Guiana e Brasil-Suriname e, a partir desse exame, tecer algumas considerações sobre a inserção desses países no contexto sul-americano.

RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL-GUIANA E BRASIL-SURINAME

Desde a independência, Guiana (1966) e Suriname (1975) estabeleceram contatos oficiais com o Brasil por meio de visitas oficiais e assinaturas de atos bilaterais. Com a Guiana, num período de 45 anos (1968-2013), foram assinados 63 atos: 22 acordos; 17 ajustes complementares aos acordos; um convênio; 12 memorandos de entendimento; cinco planos de ação; cinco protocolos de intenção; um tratado. O Quadro 1 relaciona os atos bilaterais com os diferentes governos guianenses e brasileiros.

Quadro 1 - Atos bilaterais firmados entre Brasil-Guiana

Brasil			Guiana		
Governo	Partido	Qt.	Governo	Partido	Qt.
Ditadura Civil-Militar	-	20	Raymond Arthur Chung	-	8
José Sarney de Araújo Costa	PMDB	7	Linden Forbes Sampson Burnham	PNC	12
Fernando Affonso Collor de Mello	PRN ¹	0	Hugh Desmond Hoyte	PNC	7
Itamar Augusto Cautiero Franco	PRN ²	2	Cheddi Jagan	PPP	2
Fernando Henrique Cardoso II	PSDB	8	Samuel Hinds	PPP	0
Luiz Inácio Lula da Silva I e II	PT	23	Janet Rosenberg Jagan	PPP	2
Dilma Vana Rousseff I	PT	3	Bharrat Jagdeo I e II	PPP	30

	Donald Ramotar	PPP	2
	David Arthur Granger	APNU	0

Total: 63 atos bilaterais

Fonte: Elaboração própria com base em BRASIL, 2016f.

Legenda: **Qt.** - quantidade **I** - primeiro mandato **II** - segundo mandato **¹** - atual PTC **²** - posteriormente membro do PMDB

De acordo com o quadro acima, os governos que mais assinaram atos bilaterais foram Lula e Bharrat Jagdeo. A aproximação entre Brasil-Guiana nesses governos também está refletida nas trocas de visitas oficiais, sendo que Lula esteve na Guiana três vezes e Jagdeo realizou cinco visitas ao Brasil. Por um lado, no tocante ao quadro geral de trocas de visitas entre chefes do poder executivo, um primeiro-ministro e seis de nove presidentes guianenses estiveram no Brasil, contabilizando onze visitas. Por outro lado, somente José Sarney e Lula visitaram a Guiana (LIMA, 2017).

Outro indicador de intensificação da relação bilateral durante os governos Lula e Jagdeo foi a retomada das obras da ponte sobre o Rio Tacutu em 2007 e sua inauguração em 2009, com a presença de ambos os presidentes. A ponte, a primeira ligação terrestre entre Brasil e Guiana, foi anunciada em 1971 e inaugurada 38 anos após o anúncio que a concebeu e 27 anos após a assinatura do acordo para sua construção. Ademais, foi estabelecido o Vice-Consulado do Brasil em Lethem e anunciada por Jagdeo a elevação da categoria da representação consular em Roraima (BRASIL, 1971; 1982; 2008; 2009c).

Com o Suriname, em 36 anos (1976-2012), foram assinados 46 atos bilaterais: 12 acordos; 20 ajustes complementares aos acordos; 8 memorandos de entendimento; um plano de ação; um protocolo de intenções; quatro tratados. O Quadro 2 relaciona os atos bilaterais com os diferentes governos surinameses e brasileiros.

Quadro 2 - Atos bilaterais firmados entre Brasil-Suriname

Brasil			Suriname		
Governo	Partido	Qt.	Governo	Partido	Qt.
Ditadura Civil-Militar	-	5	Johan Henri Eliza Ferrier	-	5
José Sarney de Araújo Costa	PMDB	4	Henk Chin-A-Sen	PNR	0
Fernando Affonso Collor de Mello	PRN ¹	4	Lachmipersad F. Ramdat Misier	-	0
Itamar Augusto Cautiero Franco	PRN ²	0	Ramsewak Shankar	VHP	4
Fernando Henrique Cardoso II	PSDB	1	Johannes Samuel Petrus Kraag	NPS	1

Luiz Inácio Lula da Silva I e II	PT	28	Ronaldo Ronald Venetiaan	NPS	3
Dilma Vana Rousseff I	PT	4	Jules Albert Wijdenbosch	NDP	0
			Ronaldo Ronald Venetiaan I e II	NPS	25
			Desiré Delano Bouterse I	NDP	8
Total: 46 atos bilaterais					

Fonte: Elaboração própria com base em BRASIL, 2016f.

Legenda: **Qt.** - quantidade **I** - primeiro mandato **II** - segundo mandato ¹ - atual PTC ² - posteriormente membro do PMDB

Com base no exposto, a maioria dos atos bilaterais foi firmada nos governos de Ronaldo Ronald Venetiaan e de Lula. Em relação às trocas de visitas, dentre oito chefes do poder executivo surinamês, o Brasil recebeu visitas de quatro presidentes e de dois primeiros-ministros, totalizando 16 visitas, das quais sete foram realizadas por Venetiaan e cinco por Desiré Bouterse. Ainda que o Brasil tenha sido o primeiro país a receber a visita do chefe de governo do Suriname independente, José Sarney foi o primeiro presidente brasileiro a visitar o Suriname, seguido por Lula e Dilma Rousseff (LIMA, 2017).

Apesar de o governo Venetiaan registrar a maioria dos atos bilaterais e das visitas ao Brasil, um marco na aproximação entre Brasil e Suriname corresponde ao período em que Desiré Bouterse ocupou o comando do país por meio de golpes militares. Em 1983, para afastar a influência de Cuba, evitando assim uma possível intervenção dos Estados Unidos no Suriname, e para trazer este país para a zona de influência do Brasil, João Baptista Figueiredo enviou a Paramaribo uma missão diplomática baseada em acordos de cooperação técnica e concessão de linha de crédito, liderada pelo ministro general Danilo Venturini (URT, 2009; CAVLAK, 2017).

Na avaliação de Urt (2009), ao Brasil interessava evitar o isolamento do Suriname que, por sua vez, buscava um desenvolvimento autônomo via maior integração no contexto caribenho e latino-americano. Nesse contexto, a Missão Venturini promoveu a reafirmação de Bouterse pela opção sul-americana e o afastamento de Cuba. Sobre os resultados da missão, Godoy (2009) apontou que em decorrência de que os militares surinameses foram treinados no Brasil, de 1.840 militares surinameses, cerca de 300 falam português, além do sistema de comunicação e telefonia do Suriname ter sido desenvolvido e financiado por empresas brasileiras.

Em relação ao período mais recente, a relação do Brasil com a Guiana e o Suriname, no decorrer do governo Lula, registrou aumento do fluxo comercial, ingresso de ambos como Estados associados ao MERCOSUL, significativo aumento do quantitativo de atos bilaterais e acordos de cooperação técnica. Os atos firmados articulam questões burocrático-administrativas inerentes às relações entre Estados, bem como interesses comuns em torno a questões específicas das respectivas relações bilaterais. Em resumo, os temas que percorrem as relações, desde a constituição desses Estados, centram-se na cooperação técnica, comércio bilateral e integração física.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Nos projetos firmados no âmbito da ABC, agência que integra o MRE e que tem a função de negociar, coordenar, implementar e acompanhar projetos brasileiros de cooperação técnica, Guiana e Suriname figuram como países receptores. Com a Guiana, de 2005 a 2013, foram firmados 43 projetos, 42 concluídos e um em execução. Com o Suriname, de 2006 a 2016, foram firmados 72 projetos, 67 concluídos e cinco em execução. Conforme pode ser observado no Quadro 3, a área de defesa (treinamento militar) comporta a maioria dos projetos de cooperação sul-sul.

Quadro 3 - Cooperação Sul-Sul via ABC

BRASIL - GUIANA: 43 Projetos		
Setor / Área	Especificação	Projetos
Defesa	Treinamento Militar	27
Agricultura	Políticas Públicas, Fruticultura, Defesa Sanitária Vegetal, Agricultura Familiar, Abastecimento	9
Educação	Formação Profissional	2
Administração Pública	Gestão de Cooperação Técnica	1
Comunicação	Correios - modernização do sistema postal	1
Minas e Energia	Geologia - mapeamento geológico e geofísico para a identificação de recursos minerais na fronteira	1
Pesca	Piscicultura - transferência de técnicas, conhecimento e tecnologia	1
Saúde	Controle e Prevenção de Doenças	1
BRASIL - SURINAME: 72 Projetos		
Setor / Área	Especificação	Projetos
Defesa	Treinamento Militar	43
Saúde	Controle e Prevenção de Doenças, DST-AIDS, Riscos Químicos	7
Agricultura	Políticas Públicas, Fruticultura, Agroecologia, Agricultura Familiar	6
Cooperação Técnica	Missão Multidisciplinar de Prospecção	4
Administração Pública	Políticas Públicas, Sistema Financeiro	3

Educação	Formação Profissional, Merenda Escolar, Políticas Públicas	4
Desenvolvimento Social	Geração de Emprego e Renda	1
Indústria e Comércio	Mineração - mapeamento geológico e geofísico para identificação de recursos minerais na fronteira	1
Justiça	Políticas Públicas - missão de avaliação de possibilidades de cooperação judiciária	1
Minas e Energia	Mineração - apresentações técnicas de controle e fiscalização na produção de petróleo e gás	1
Planejamento	Estratégia de Desenvolvimento - negociação de novos projetos nas áreas de geologia, mineração, segurança pública, saúde, educação, agricultura e pecuária	1

Fonte: Elaboração própria com base em BRASIL, 2016d.

No âmbito da cooperação trilateral, Guiana e Suriname participam de um projeto focado no etanol, com apoio de técnicos africanos, e de outro, com diretores gerais de assuntos indígenas dos países membros da OTCA. O Suriname participa de outros dois projetos, que incluem a Nova Zelândia, envolvendo missão técnica conjunta, treinamento e pesquisa no setor agrícola de arroz de terras altas.

Guiana e Suriname também integram um projeto de cooperação trilateral com organismos sobre recursos hídricos com envolvimento de instituições responsáveis pela gestão de recursos hídricos dos países membros da OTCA. O objetivo é articular uma gestão integrada de bacias hidrográficas e de recursos hidrobiológicos, bem como promover estudos sobre eventos críticos e contaminação dos corpos de água. Na fase inicial, a ênfase está na capacitação de recursos humanos, instalação de bases e intercâmbio de dados entre os países participantes. No tocante à cooperação em bloco, não há projeto registrado envolvendo Guiana e Suriname.

COMÉRCIO BILATERAL

No ano de 2003, foi criado o Programa de Substituição Competitiva de Importações do Brasil (PSCI), a fim de fomentar o comércio entre o Brasil e os demais países sul-americanos e assim promover a integração regional. Apesar de a iniciativa registrar aumento significativo no fluxo comercial intra-regional, as assimetrias persistem nas trocas comerciais, visto que, com exceção da Bolívia (BORGES, 2011), a maioria dos países sul-americanos

registra déficits com o Brasil, sendo este o caso da Guiana e do Suriname (BRASIL, 2016a).

De acordo com os dados disponíveis pelo MDIC, as exportações do Brasil para a Guiana aumentaram de US\$ 4 milhões em 2000 para US\$ 21 milhões em 2015, com um pico de US\$ 35 milhões em 2011. As exportações da Guiana para o Brasil saltaram de US\$ 74 mil em 2000 para US\$ 7 milhões em 2015. Em valores absolutos por fator agregado, a maioria dos produtos brasileiros exportados para a Guiana é composta por industrializados, e a maior parte dos produtos guianenses importados pelo Brasil é composta por produtos básicos (BRASIL, 2016b).

Em relação às exportações do Brasil para o Suriname, o aumento foi de US\$ 6 milhões em 2000 para US\$ 38 milhões em 2015, registrando um pico de US\$ 73 milhões no ano de 2011. No que diz respeito às importações brasileiras provenientes do Suriname, o aumento foi de US\$ 108 mil em 2001 para US\$ 1 milhão em 2015, com um pico de US\$ 25 milhões em 2008. A maior parte da exportação brasileira para o Suriname também é composta por produtos industrializados, bem como os importados pelo Brasil do Suriname.

Não obstante, a Guiana representa somente 0,01% das exportações e 0,00% das importações brasileiras, e o Suriname 0,01% e 0,03%, respectivamente (BRASIL, 2016c). Vale ressaltar que o Brasil está entre os dez principais parceiros comerciais destes países, figurando nas importações de ambos, como pode ser observado no Quadro 4, organizado por ordem decrescente de valor e baseado num percentual médio que considerou cinco anos da balança comercial de cada país.

Quadro 4 - Principais Parceiros Comerciais

Brasil (2011-2015)		Guiana (2011-2015)		Suriname (2010-2014)	
Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações
China	China	Canadá	EUA	EAU	Estados Unidos
Estados Unidos	Estados Unidos	Estados Unidos	T&T	Suíça	T&T
Argentina	Argentina	Venezuela	Venezuela	Estados Unidos	Países Baixos
Países Baixos	Alemanha	Reino Unido	China	Canadá	China
Japão	Coreia do Sul	Jamaica	Suriname	Bélgica	Curaçao
Alemanha	Nigéria	T&T	Japão	Guiana	Brasil
Chile	Japão	Ucrânia	Reino Unido	Barbados	Japão
Índia	Itália	Países Baixos	Canadá	Noruega	A&B
Itália	França	Panamá	Países Baixos	Países Baixos	Panamá
Venezuela	Índia	Bélgica	Brasil	T&T	Santa Lúcia

Fonte: Elaboração própria com base em BUREAU OF STATISTICS - GUYANA, 2017; BRASIL, 2017; WORLD BANK, 2017.

Legenda: EAU - Emirados Árabes Unidos T&T - Trindade e Tobago A&B - Antígua e Barbuda

Conforme exposição acima, os países estudados mantêm intercâmbio comercial entre si. Não obstante, a diferença percentual com os países que ocupam o topo da lista é significativa. Nas exportações brasileiras, a China ocupa a 1ª posição com um percentual médio de 18%, seguida pelos Estados Unidos com 11%, enquanto a Venezuela ocupa a 10ª posição com 2% e o Suriname a 111ª. A Guiana consta somente na 104ª posição das importações.

Nas exportações da Guiana, a Venezuela ocupa a 3ª posição com percentual médio de 9%, atrás do Canadá (30%) e Estados Unidos (23,5%). Nas importações, corresponde a 11%, atrás dos Estados Unidos (23%) e Trindade e Tobago (20%), enquanto o Suriname e o Brasil correspondem a 6,75% e 1,4%, respectivamente. Em relação ao intercâmbio comercial do Suriname, a Guiana ocupa a 6ª posição nas exportações, com percentual médio de 5,27%, enquanto os Emirados Árabes Unidos correspondem a 26%. O Brasil ocupa a 6ª posição nas importações com 3%, distante dos 25% dos Estados Unidos, 19% de Trindade e Tobago, e 16% dos Países Baixos.

China, Japão, Estados Unidos, Países Baixos e outros países europeus figuram entre os principais parceiros comerciais dos três países, além do Canadá, Trindade e Tobago e Panamá, que figuram entre os parceiros da Guiana e do Suriname. Esses dados apontam a distância das relações comerciais da Guiana e do Suriname com a América do Sul concomitante à prevalência de países de outras regiões.

No que diz respeito à diversificação das relações bilaterais comerciais, o Brasil apresenta um quadro mais positivo, visto que os percentuais médios dos dez principais parceiros comerciais nas exportações e importações correspondem a 56% e 46%, respectivamente. No tocante ao Suriname, esses percentuais são 94% e 83%, sendo que os cinco principais parceiros das exportações correspondem a 76% e os três das importações a 60%. O quadro guianense também é vulnerável, sendo respectivamente 89% e 81%, enquanto nas exportações dois parceiros representam 53%, e três parceiros nas importações correspondem a 54%.

Em relação aos dez principais produtos exportados e importados, as proporções brasileiras com referência ao ano de 2015 foram 44,75% e 24,37, respectivamente (BRASIL, 2016c). Para a Guiana, as proporções foram 94,5% e 45,9%, sendo 43,5% correspondentes às exportações de ouro, 19,2% de arroz, 9,1% de bauxita; e 24,7% das importações correspondentes a combustíveis e lubrificantes (BUREAU OF STATISTICS - GUYANA, 2017). No tocante ao Suriname, 79,9% das exportações corresponderam a pérolas, pedras preciosas, metais, produtos da indústria química e minerais, enquanto 75,6% das importações corresponderam a maquinários e elétricos, produtos minerais, transportes, metais e produtos químicos (CENTRALE BANK VAN SURINAME, 2016).

Ainda sobre as vulnerabilidades, observa-se que a economia guianense baseia-se significativamente em exportações de produtos altamente dependentes da condição climática e da volatilidade dos preços, num quadro em que, segundo Corbin (2012), parcela significativa da população depende de remessas

monetárias e não monetárias, sendo que as monetárias correspondem a 13,7% do PIB e superam o ingresso de Investimento Externo Direto (IED) e *Official Development Assistance* (ODA).

Assim como a Guiana, o Suriname tem alta dependência da indústria de mineração, sendo que o petróleo, ouro e alumina representam 85% das exportações e 27% das receitas governamentais (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2016). Conforme apontou Oliveira (2013), além da volatilidade dos preços, a exploração desses recursos é altamente dependente de IED, além das remessas enviadas pela diáspora também conformarem significativas fontes de renda.

Diante deste quadro, ambos os países percebem o Brasil como um parceiro com potencial para contribuir na superação de vulnerabilidade e dependência, a fim de melhorar o desempenho econômico. De acordo com o levantamento nas mídias guianense e brasileira (LIMA, 2017), há interesses guianenses em ingressar no mercado brasileiro de arroz e farinha, além de expectativas na transferência tecnológica e em desenvolver o setor de turismo para atrair o público brasileiro.

O desenvolvimento das relações comerciais tem como alvo o estado de Roraima; todavia, a viabilidade depende da integração física. As expectativas comerciais também precisam enfrentar a não exploração adequada de oportunidades comerciais e econômicas entre Brasil, Guiana e Suriname. Dentre as causas do subaproveitamento das oportunidades de negócios com o Brasil, tem-se o insuficiente conhecimento do mercado, das oportunidades comerciais, além da carência de informações sobre a legislação comercial brasileira.

No caso particular do Suriname, os “SuriBras”¹³ são apontados como agentes com *expertise* para superar essas limitações e para desenvolver políticas de cooperação bilateral, com foco especial em surinameses que estudaram no Brasil nos últimos 30 anos. Na relação Brasil e Guiana, atualmente, verifica-se uma intensificação comercial que decorre da crise da Venezuela, uma vez que a escassez de produtos na cidade fronteiriça de Santa Elena do Uairén fez com que consumidores/as brasileiros/as passassem a comprar em Lethem.

Independente de a integração física avançar ou não, a dependência da economia de Lethem em relação aos/às consumidores/as brasileiros/as já é uma realidade,¹⁴ assim como a economia e o comércio paralelo entre Roraima e Guiana, além das práticas que envolvem o mercado clandestino de ouro extraído da reserva indígena ianomâmi e de territórios guianense e venezuelano. Segundo Torres (2013a; 2013b), em Boa Vista o comércio de ouro concentra-se na “Rua do Ouro” que, após dez anos em decadência, foi reanimada pela valorização internacional do preço do ouro, de maneira que o mercado de ouro movimenta cerca de R\$30 milhões mensais em Roraima.

¹³ O termo “SuriBras” faz referência às pessoas que de algum modo mantêm laços com ambas as sociedades, brasileira e surinamesa, também aplicado para Guiana e Brasil como “Guy-Brás”. Segundo Meneses (2014, p. 132), “Guy-Brás” faz referência aos laços familiares, casamentos e uniões entre nacionais da Guiana e do Brasil, originando-se assim um grupo social identificado com as duas sociedades, além de fazer referência direta às pessoas casadas que vivem ao mesmo tempo no lado brasileiro e guianense da fronteira.

¹⁴ O centro comercial de Lethem é pequeno e composto basicamente por produtos de origem chinesa, formado por uma rua principal de 800 m de extensão que abriga cerca de 20 lojas, três hotéis, cinco restaurantes, dois postos de combustíveis e um supermercado. Apesar de pequeno, há diversificação nas mercadorias disponíveis e, além de Roraima, tem atraído atenção de compradores de outros Estados brasileiros como Amazonas, Ceará e Maranhão, sendo compradores em maior quantidade (BARBOSA, 2013).

Ademais, os ilícitos transfronteiriços entre Brasil e Guiana envolvem tráfico de pessoas, narcotráfico internacional, contrabando de roupas, alhos, brinquedos, medicamentos e alimentos adquiridos na Guiana e comercializados em Roraima e no Amazonas (LIMA, 2017) e, segundo estimativas de trabalhadores da Receita Federal em Bonfim, a economia informal da pirataria e contrabando movimentam entre US\$ 6 a US\$7 milhões mensais (PEREIRA, 2015).

Questionado sobre as deficiências da fiscalização da Polícia Federal, Aduana e Receita Federal na fronteira Lethem-Bonfim e sobre os impactos negativos para o avanço do comércio bilateral, o subsecretário geral da América do Sul, Central e Caribe do MRE, embaixador Paulo Estivallett de Mesquita, argumentou que essa questão está na agenda e enfatizou não tratar de problemas específicos dessa fronteira, pois fronteiras mais estabelecidas como o Amapá [sic] também enfrentam essas dificuldades (BRASIL, 2016e).

No que diz respeito ao Suriname, o levantamento nas mídias surinamesa e brasileira (LIMA, 2017) acusou que as expectativas surinamesas em relação ao Brasil centram-se no mercado do arroz, turismo, na cultura do etanol, além da expectativa de que a linha de navegação direta entre os dois países possa viabilizar a expansão do comércio mútuo. Para o professor Daniel Lachman, a construção de um porto no distrito de Brokopondo para atender o Brasil e a Guiana Francesa com custo de transporte reduzido seria uma solução duradoura para a crise econômica do Suriname e para a superação da condição de fornecedor de matérias-primas (PROSS, 2016). No entanto, a viabilização desse projeto também depende da integração física.

Dentre as trocas estabelecidas entre Brasil e Suriname, têm-se as vendas de materiais militares brasileiros via linha de crédito concedida pelo Brasil. Todavia, a área de defesa entre ambos é um tanto delicada. O Suriname solicita acesso aos dados brasileiros produzidos pelo Sistema de Vigilância da Amazônia / Sistema de Proteção da Amazônia (SIVAM/SIPAM) por considerar indispensáveis os dados do satélite de sensoriamento remoto e as informações da rede digital no combate aos ilícitos transfronteiriços. Mas a condenação de Desiré Bouterse pelos Países Baixos por tráfico internacional de drogas põe o Brasil numa situação delicada (LIMA, 2017).

Dentre os ilícitos transfronteiriços entre Brasil e Suriname, têm-se o contrabando de armas, carros, carne, roupas, barbatanas de tubarão, remédios, ouro, combustíveis, animais raros, madeira, armas de chumbinho e explosivos. A fronteira também comporta o narcotráfico internacional, o tráfico de pessoas, as disputas entre traficantes e militares por membros da população indígena em função de seus conhecimentos sobre o território em questão, uma rota de contrabando em Nickerie que tem sido utilizada por haitianos no Suriname para ingressar no Brasil e nos Estados Unidos (LIMA, 2017).

Os aspectos observados acusam a existência de uma integração entre Brasil-Guiana e Brasil-Suriname, a qual independe dos respectivos Estados. Conforme apontou Correa (2014), o Platô das Guianas possui uma dinâmica própria e diferenciada em relação à América do Sul, marcada pela ausência do papel do Brasil enquanto Estado e pela alta presença brasileira nos fluxos migratórios e atividades ilícitas, de maneira que Guiana e

Suriname estão integrados à América do Sul por meio de ilícitos.

Vale ressaltar, no que diz respeito ao intercâmbio comercial formal, Brasil, Guiana e Suriname não apresentam laços fortes entre si. Para Picasso (2007), a carência de infraestrutura física torna a alteração desse quadro ainda mais distante. Nessa mesma direção, Couto (2012) argumenta que a própria construção econômica sul-americana voltada para fora e com relativa desarticulação do mercado interno faz com que as assimetrias sejam aprofundadas, ao passo que o movimento de concentração da atividade econômica nos países mais abastados no nível global tem sido estimulado por contar com a fluidez da conectividade, conforme a própria lógica do capitalismo. Nas palavras do autor, “o espaço precisa ser fluido, mas essa fluidez o subordina às lógicas globais. Apenas a infraestrutura não determina o futuro do território, mas sua ausência pode limitar seu desenvolvimento” (COUTO, 2012, p. 134).

Com base no exposto, os ilícitos transfronteiriços são praticados independentemente da integração física oficial, enquanto a intensificação de relações comerciais formais depende da interconectividade, que pode ser proporcionada pela integração física oficial, ou seja, depende de políticas dos Estados. Nesse sentido, a intensificação das trocas comerciais com o Brasil está diretamente relacionada ao avanço da integração física.

INTEGRAÇÃO FÍSICA

Para Couto (2012, p. 206), a baixa participação da Guiana e do Suriname na IIRSA e a baixa integração com a América do Sul se dão por tratar-se de economias pequenas que não têm força o suficiente para se aproximar das economias da região, que não conseguem fazer parte da dinâmica econômica regional. Correa (2014) considera que uma das dificuldades em consolidar a integração desses países com a América do Sul refere-se à própria dinâmica de segurança do Escudo das Guianas, a qual compromete a aproximação entre os Estados e está pautada pelo alto fluxo migratório de brasileiros envolvidos na pequena mineração irregular e nas atividades correlatas, além dos litígios fronteiriços pendentes, da carência de interconectividade entre os territórios e, especialmente, no caso da Guiana Francesa, da influência europeia.

Não obstante, para além das dimensões infraestrutural (PICASSO, 2007), econômica (COUTO, 2012) e de segurança (CORREA, 2014), outras variáveis precisam ser consideradas para compreender a baixa integração da Guiana e do Suriname à América do Sul, como as assimetrias, as composições étnico-raciais, e as dinâmicas das relações identitárias e culturais.

No que concerne à Guiana, o embaixador Mesquita (BRASIL, 2016e) pontuou que as autoridades roraimenses têm muito interesse nessa aproximação por mudar a perspectiva e contribuir para Roraima deixar de ser um final de linha. Nesse sentido, a expectativa é de que a pavimentação do trecho Lethem-Linden e a construção de um porto de águas profundas permitam que Roraima tenha acesso ao mar pela Guiana, facilitando o escoamento de produtos de Roraima que, assim como a Guiana, tem grande potencial agrícola.

Também há interesses na construção de hidrelétricas na Guiana e interligação com o Brasil, para que os distintos regimes de chuva sejam aproveitados, uma complementação em que o Brasil forneceria para a Guiana num certo momento e *vice-versa*, com uma tendência do Brasil consumir muito mais que a Guiana a energia elétrica produzida no território guianense.

A interligação solucionaria a vulnerabilidade energética de Boa Vista, uma vez que a cidade é suprida pela Venezuela, que tem sido afetada pela seca provocada pelo *El Niño*. Mesquita também faz menção ao interesse em concluir a conexão de Boa Vista ao Sistema Interligado Nacional (SIN) de eletricidade do Brasil, sendo que a Guiana tem interesse de que Lethem seja suprida pelo lado brasileiro. Além disso, destacou que Guiana e Suriname são ricos em recursos minerais e têm interesse na infraestrutura brasileira, especialmente no mapeamento e supervisão da região amazônica.

Em síntese, os interesses brasileiros na integração física com a Guiana estão voltados ao aproveitamento do potencial guianense nos setores hidrelétricos e portuários. No caso do primeiro, a intenção é suprir a demanda local e comercializar o excedente dentro do marco da integração energética regional, enquanto a construção de um porto de águas profundas está sujeita à conclusão da pavimentação do trecho de 454 km entre Lethem-Linden (LIMA, 2017).

Vale ressaltar que na Guiana há receios de que a efetivação dessa rota possa gerar prejuízos para a Reserva Ambiental Iwokrama, promover a migração de fazendeiros brasileiros para a região e assim prejudicar a demarcação de terras indígenas (LINHARES LIMA, 2011). A propósito, ao investigar a migração brasileira para a Guiana, Corbin (2007) apontou que a rodovia e a remoção do visto¹⁵ eliminaram obstáculos de acesso e permitiram que nacionais do Brasil convertessem a Guiana em um país de acolhimento e trânsito de migrantes. O autor também argumentou que a presença de garimpeiros brasileiros no território guianense impacta diretamente no modo de vida e no direito das populações indígenas.

Nas palavras do biólogo Granham Watkins, as “estradas asfaltadas em áreas tropicais causam desflorestamento, caça ilegal e atraem assentamento”. Ainda assim, Watkins reconhece que a pavimentação possa aliviar a pobreza da região. Já o ex-premiê Samuel Hinds destacou que “ao dormir com um vizinho que tem 200 vezes o seu tamanho, você sabe que ele pode não pretender, mas se rolar na cama pode ser o seu fim” (ROMERO, 2010, p. 16).

Essas observações acusam que as assimetrias alimentam o receio guianense em aproximar-se do Brasil. Além de um meio de solucionar problemas, a integração física também é percebida como um problema em si, às vezes chamada de “expansão brasileira” na Guiana. Muitas vezes, essa percepção negativa está associada à migração brasileira e sua relação com a pequena mineração irregular, ao passo que nacionais do Brasil são

¹⁵ Um acordo bilateral de 2003 sobre isenção parcial de vistos aboliu a requisição de vistos para ingresso e permanência de nacionais de ambos os países com passaportes comuns válidos. A permanência é permitida por um período que não exceda 90 dias, renováveis por mais 90 dias sem exceder 180 dias por ano, para fins de turismo, férias ou visitas a parentes. Em 2009, outro acordo estendeu essa isenção para fins de negócios, e as pessoas beneficiadas não estão autorizadas a exercer atividades empregatícias e remuneradas (BRASIL, 2003; 2009a; 2009b).

acusados de praticarem depredação ambiental, não gerarem renda para a Guiana e não contribuam com a economia local, cenário agravado pela falta de condições em competir com as dragas e tecnologias brasileiras (LIMA, 2017).

Ademais, há descrença em relação ao alto volume de memorandos de entendimento que não geram resultados concretos, especula-se sobre a possibilidade do Suriname construir o porto de águas profundas antes da Guiana e assim reduzir a competitividade guianense, e há a percepção de que uma planta hidrelétrica venha a contribuir com a consolidação da posse de Georgetown sobre Essequeibo (LIMA, 2017).

Por certo, as interações entre as populações brasileira e guianense são intensas e, no que diz respeito à Lethem e Bonfim, superam até mesmo as diferenças idiomáticas e monetárias (BRITO, 2012; MENESES, 2014). Porém, se por um lado o intercâmbio linguístico promove o deslocamento de estudantes entre Lethem e Bonfim, por outro lado, as escolas de Roraima ensinam a língua inglesa com referenciais norte-americanos ou britânicos. Brito (2012) apontou que isso ocorre porque o inglês guianense é considerado um dialeto, e argumentou que essa rejeição está atrelada à influência recebida do *creolese*, configurando-se assim em preconceito linguístico-racial.

No que diz respeito à integração física entre Guiana e Suriname, está em estudo a construção de uma ponte sobre o Rio Corentine. Segundo o vice-presidente Robert Ameeralli, apesar da ponte estar em consonância com a política do governo surinamês, não há recursos para financiá-la, razão pela qual o projeto está inserido na IIRSA (FINANCIERING..., 2011). De acordo com Cairo (2016), após a aprovação da Guiana em 2013, o governo do Suriname firmou um protocolo de intenção com uma construtora da China para a construção da referida ponte, o qual ainda precisa ser negociado com a Guiana. Brasil e União Europeia também têm interesse em financiar o projeto, porém Bouterse informou que ainda está em curso um estudo de viabilidade e impactos ambientais e sociais.

Em relação ao Brasil, as percepções surinamesas são positivas e negativas. Para o ex-presidente Venetiaan, o Suriname é central para a celebração de um acordo de livre comércio entre os países membros da CARICOM e o Brasil, servindo de ponte para o trânsito comercial. Venetiaan também mencionou a necessidade da CARICOM superar fricções internas para viabilizar a concretização do acordo (LIMA, 2017).

Na avaliação do ex-chanceler Winston Lackin, a participação do Suriname nos “blocos” regionais pode ser uma situação ganha-ganha, uma vez que Guiana e Suriname são capazes de defender os interesses das economias caribenhas que são relativamente pequenas. No que diz respeito ao atual presidente Bouterse, a percepção é de que o Suriname pode aproximar a CARICOM e a UNASUL. Essas observações indicam a propensão do Suriname em avançar nos processos de integração regional ao mesmo tempo em que sua maior identificação é com os países caribenhos (LIMA, 2017).

Entretanto, a integração física também tem suas avaliações negativas. A interligação rodoviária do Suriname com o Brasil preocupa as populações *marrons* e indígenas por conta dos impactos sociais e ambientais.

Também há preocupações acerca das atividades de mineração aurífera, fluxo de brasileiros em situação irregular e projetos de hidrelétricas em Kabalebo e Jai Kreek. Somam-se a isto as campanhas xenofóbicas de que a população estrangeira costuma ser alvo (LIMA, 2017).

Paul Tjon Sie Fat argumenta que isso ocorre por conta da pequena dimensão do país: “O Suriname é basicamente uma aldeia com um assento nas Nações Unidas” e “toda pequena mudança no equilíbrio étnico ou social é imediatamente percebida” (apud ROMERO, 2011, p. 19). Nas palavras do subsecretário geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, embaixador Eduardo Gradilone: “Com o garimpo ilegal surgem prostituição, degradação ambiental e todos os problemas que envolvem a atividade. Nossos vizinhos reclamam que exportamos problemas” (DOMINGOS, 2010, p. 50).

Em resumo, as relações entre surinameses e brasileiros que trabalham na atividade garimpeira (mas não apenas) são marcadas por conflitos. Os brasileiros são responsabilizados pela contaminação de mercúrio, acusados de explorar ouro no Suriname sem pagar taxar ao Estado e criticados por comportamentos percebidos como “imorais”. Um exemplo da dimensão que esses conflitos podem assumir é o ataque que a comunidade brasileira foi vítima em Albina no Natal de 2009 (LIMA, 2017).

CONCLUSÃO

Por conta de suas dimensões territorial, populacional e econômica, o Brasil possui uma posição privilegiada na América do Sul, e isso permite que o país promova iniciativas de integração e cooperação. Se por um lado essas iniciativas representam interesses brasileiros, por outro lado, contribui para a inserção de países de pequenas dimensões no contexto sul-americano, sendo este o caso da Guiana e do Suriname que, via OTCA e, principalmente, UNASUL, têm buscado aproximação com a América do Sul. Ainda assim, a inserção e aproximação estão fortemente vinculadas às relações bilaterais desses países com o Brasil.

Desde a independência, os diferentes governos da Guiana e do Suriname buscam aproximação com o Brasil; exemplo disso são as constantes visitas dos respectivos chefes de Estado e/ou governo e a assinatura de atos bilaterais, cada qual com suas nuances. Ademais, as visitas e os atos firmados variaram de acordo com a conjuntura e com a orientação das políticas externas dos respectivos governos, especialmente no que diz respeito ao Brasil.

Nesse sentido, durante os governos Lula, as relações bilaterais foram intensificadas e fortalecidas, registrando aumento substancial na cooperação técnica, no comércio bilateral e, em certa medida, avanços no diálogo em torno dos projetos de integração física. Esses temas percorrem as relações bilaterais em questão desde que as relações formais foram estabelecidas, ou seja, desde a independência da Guiana e do Suriname. Não obstante, no governo Lula, a cooperação técnica foi incorporada pela ABC, as questões que envolvem o comércio bilateral foram incorporadas pelo PSCI, e os projetos de integração física que já haviam sido catalisados

pela IIRSA foram incorporados pela UNASUL/COSIPLAN.

Ao mesmo tempo em que essas incorporações inserem as discussões bilaterais num contexto mais amplo, a ABC, o PSCI e a UNASUL/COSIPLAN/IIRSA servem como mecanismos externos capazes de neutralizar possíveis conflitos envolvendo esses temas, isto é, no lugar da abordagem política, enfatiza-se o caráter técnico. No que diz respeito à cooperação técnica, chama a atenção o quantitativo voltado à área de defesa, mais especificamente, o treinamento militar.

Já o comércio bilateral e a integração física estão diretamente relacionados. Os interesses brasileiros na Guiana e no Suriname voltam-se para o aproveitamento do potencial hidrelétrico e portuário, o que permitiria ao Brasil atender a demanda energética nacional e escoar mercadorias de modo mais competitivo. Com esse propósito, o Brasil recorre ao discurso de benefício mútuo e alimenta expectativas em torno da ampliação das exportações da Guiana, do Suriname e dos demais países caribenhos para o Brasil. Da parte guianense e surinamesa, apesar de perceberem o Brasil como um país aliado com potencial para melhorar suas condições econômicas e sua inserção na América do Sul, as assimetrias provocam receios que impedem o aprofundamento e fortalecimento das relações.

Nesse sentido, este artigo observou que, além das dimensões infraestrutural, econômica e de segurança, há outras variáveis que precisam ser consideradas na avaliação das relações bilaterais entre Guiana e Suriname, bem como na integração destes países à América do Sul. Dentre as quais, as acentuadas assimetrias e as peculiaridades das interações sociais, incluindo as composições étnico-raciais e as dinâmicas das relações identitárias, interétnicas e culturais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Edio Batista. *Trilhas transfronteiriças: o fluxo de pessoas, coisas e objetos na fronteira Brasil e República Cooperativista da Guiana*. 2013. Dissertação (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco Recife, 2013.

BORGES, Fabio. *As relações do Brasil com os países amazônicos nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995-2010): possibilidades e problemas do regionalismo aberto*. 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2011.

BRASIL. Invest & Export. *Programa de Substituição Competitiva de Importação (PSCI)*. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/o-psci>>. Acesso em: 15 out. 2016a.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Balança comercial brasileira: Acumulado do ano*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Balança comercial brasileira: Países e Blocos*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-mensal-2>>. Acesso em: 5 out. 2016b.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Balança comercial: janeiro-dezembro 2015*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/component/content/article?layout=edit&id=1185>>. Acesso em: 5 jul. 2016c.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Tacutu*. Georgetown, 29 jan. 1982. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b_7/at_download/arquivo>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos*. Brasília, 30 jul. 2003. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_42/at_download/arquivo>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos*. Bonfim, 14 set. 2009a. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6461/at_download/arquivo>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos*. Bonfim, 14 set. 2009b. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/acordo-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-da-guiana-sobre-isencao-parcial-de-vistos-2009>>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. *Projetos*. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/>>. Acesso em: 1 out. 2016d.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Briefing sobre a viagem do Ministro Mauro Vieira ao Suriname e à Guiana*, Brasília, DF, 29 fev. 2016e. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/aviso-as-redacoes/13950-briefing-sobre-a-viagem-do-ministro-mauro-vieira-aosuriname-e-a-guyana>>. Acesso em: 1 out. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Comunicado de Brasília*. Brasília, 1 set. 2000. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-deimprensa/%20notas-aimprensa/%202000/01/comunicado-de-brasilia>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Declaração Conjunta*. Georgetown, 11 nov. 1971. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1971/b_99/at_download/arquivo>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de inauguração da ponte binacional sobre o Rio Itacutú*. Boa Vista, 17 set. 2009c. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/10816-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-de-inauguracao-da-ponte-binacional-sobre-o-rio-itacutu-boa-vista-14-de-setembro-de-2009>>. Acesso em: 23 set. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil*. a. 29, n. 103, 2º semestre de 2008. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_numero_103_2_2008.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Sistema Consular Integrado: Atos Internacionais*. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/>>. Acesso em: 1 out. 2016f.

BRITO, Maria Lúcia da Silva. *Raízes e rumos: reflexões sobre identidade de guianenses em Boa Vista – Roraima*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2012.

BUREAU OF STATISTICS - GUYANA. *Historical Trade Data (2010-2015)*. Disponível em:

<<http://www.statisticsguyana.gov.gy/trade.html#partners1>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

CAIRO, Ivan. Bouw brug over Corantijnrivier nog onduidelijk. *De Ware Tijd*, Paramaribo, 19 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.dwtonline.com/laatste-nieuws/2016/12/19/bouw-brug-over-corantijnrivier-nog-onduidelijk/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

CAVLAK, Iuri. *Breve História da Guiana*. Rio de Janeiro: Autografia; Macapá: UNIFAP, 2016.

CAVLAK, Iuri. *Breve História do Suriname*. Rio de Janeiro: Autografia; Macapá: UNIFAP, 2017.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Factbook*. Disponível em:<<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em: 24 set. 2016.

CENTRALE BANK VAN SURINAME. *Suriname Country Profile Economic and Financial Data*. Statistics Department, July 2016. Disponível em:

<https://www.cbvs.sr/images/content/statistieken/CP/Suriname_Country_Profile_19jul2016.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Banco de Teses e Dissertações*. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Último acesso: 28 ago. 2015.

CORBIN, Hisakhana Pahoona. *Brazilian migration to Guyana as a livelihood strategy: a case study approach*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, 2007.

CORBIN, Hisakhana Pahoona. *Guyanese migration and remittances to Guyana: a case study of their potentials and challenges for Guyana's economy*. 2012. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém. 2012.

CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. *Integração e segurança na Amazônia Transnacional*. 2014. Tese (Doutorado) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2014.

COUTO, Leandro Freitas. *Desenvolvimento, integração e assimetrias: caminhos e descaminhos da aproximação regional na América do Sul*. 2012. Tese (Doutorado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

DOMINGOS, João. 2 em cada 3 brasileiros que vivem fora do Brasil estão em situação irregular. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 set. 2010. Cidades, C1, p. 50. Disponível em:

<<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!//20100926-42712-nac-50-cid-c1-not>>. Acesso em: 20 out. 2016.

FINANCIERING Corantijnbrug nog niet rond. *De Ware Tijd*, Paramaribo, 5 fev. 2011. Disponível em: <<http://archieff.dwtonline.com/?go=go>>. Acesso em: 22 out. 2016.

GODOY, Roberto. Brasil impediu ação americana no Suriname. *O Estado de S. Paulo*, 30 dez. 2009. Política, A5, p. 5. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20091230-42442-nac-5-pol-a5-not>>. Acesso em: 20 out. 2016.

INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA. *Cartera de Proyectos*. Montevideo, 2015. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

LIMA, Suely Aparecida de Lima. *Integração e relações bilaterais assimétricas: Brasil-Guyana e Brasil-Suriname*. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2017.

LINHARES LIMA, Erick Cavalcanti. *Política externa do vizinho distante: estudo de caso da República Cooperativa da Guiana*. 2011. Tese (Doutorado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Universidade Federal de Roraima. Brasília, 2011.

MENESES, Antonio Vaz de. *Cultura de fronteira Brasil-Guiana: festas*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2014.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpos no Suriname*. 2013. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. *Protocolo de Emenda*. Caracas, 1998. Disponível em: <<http://otca.info/portal/index.php?p=index>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

PEREIRA, Pablo. ‘Paraguai do Norte’ atrai brasileiros na fronteira. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1 fev. 2015. Política, A11, p. 11. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20150201-44301-nac-11-pol-a11-not>>. Acesso em: 21 out. 2016.

PICASSO, Gustavo Guerra-García. *Visión de negocios del Eje del Escudo Guayanés*. Buenos Aires: IIRSA, 2007. 117 p. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

PROSS, Eliézer. Oplossing van crisis ligt in Brokopondo. *De Ware Tijd*, Paramaribo, 3 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.dwtonline.com/laatstenieuws/2016/11/03/oplossing-van-crisis-ligt-in-brokopondo/>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

ROMERO, Simon. China expande sua presença no Suriname. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 abr. 2011. Internacional, A20, p. 19. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110415-42913-nac-19-int>

a20-not. Acesso em: 20 out. 2016.

ROMERO, Simon. Rodovia é chave para o futuro da Guiana. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 maio 2010. Internacional, A17, p. 16. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100516-42579-spo-16-int-a17-not>>. Acesso em: 21 out. 2016.

TORRES, Sergio. Das reservas ianomâmis para a 'Rua do Ouro'. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 jan. 2013a. Economia, B8, p. 5. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130106-43545-spo-25-eco-b8-not>>. Acesso em: 21 out. 2016.

TORRES, Sergio. Pirataria move cidade com resquício inglês. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 jan. 2013b. Economia, B8, p. 5. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130106-43545-spo-25-eco-b8-not>>. Acesso em: 21 out. 2016.

TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. *O Tratado de Cooperação Amazônica*. Brasília, 1978. Disponível em: <<http://otca.info/porta1/index.php?p=index>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS. *Estatuto: Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN)*. 2010a. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS. *Regulamento: Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN)*. 2010b. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS. *Tratado Constitutivo de la Unión de Naciones Suramericana*. Quito, 2014. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

URT, João Nackle. *Construção de confiança na América do Sul: a política externa do governo Figueiredo (1979-1985)*. 155f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

WOMACK, Brantly. *China among unequals: asymmetric foreign relationships in Asia*. London: World Scientific, 2010.

WOMACK, Brantly. *China and Vietnam: the politics of asymmetry*. New York: Cambridge, 2006.

WORLD BANK. *WITS - World Integrated Trade Solution*. Disponível em: <<http://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/SUR/Year/2014/TradeFlow/Import/Partner/by-country>>. Acesso em: 20 abr. 2017.